

DÍVIDA EXTERNA

ESTADO DE SÃO PAULO

País aceita pagar US\$ 1,5 bilhão

Proposta aos credores inclui pagamento de atrasados adiantado e não impõe condições

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O governo brasileiro comunicou aos bancos credores, em Nova York, sua disposição de pagar adiantado, sem condições, o total de US\$ 1,5 bilhão que havia oferecido para abater a conta de quase US\$ 9 bilhões de juros atrasados, na abertura da sétima rodada de negociações, duas semanas atrás. A decisão removeu o principal obstáculo político que vinha emperando as conversações — a insistência brasileira em condicionar pagamentos substanciais de atrasados a um acerto prévio sobre os termos de reestruturação do estoque de cerca de US\$ 50 bilhões da dívida de médio e longo prazo aos bancos.

Mas não há acordo à vista. Em-

bora os bancos também tenham baixado sua reivindicação sobre o pagamento mínimo dos atrasados, um buraco de US\$ 900 milhões ainda afasta os dois campos. Os credores, que haviam pedido inicialmente um terço dos atrasados, insistem em receber US\$ 2,4 bilhões.

Outro obstáculo é o montante de juros a ser aplicado aos bônus que o governo emitirá para refinaranciar cerca de 70% dos atrasados por um prazo de menos de dez anos. Os bancos não aceitam a reivindicação brasileira de pagar taxas inferiores às do mercado no prazo de vida do papel. Além do pagamento de US\$ 1,5 bilhão, o Brasil já anunciara a intenção de liberar todas as transferências relativas à dívida do setor privado (cerca de US\$ 500 milhões este ano) e reiniciar o serviço de um terço dos juros correntes a partir de janeiro.

O negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, deu o primeiro sinal de mudança significativa da posição brasileira duas semanas atrás, anunciando uma desvinculação par-

cial entre as negociações dos atrasados e do estoque da dívida. Na ocasião, ele ofereceu um pagamento incondicional de US\$ 450 milhões. Duas semanas antes, o governo americano aumentara a pressão sobre o governo brasileiro. Numa comunicação formal ao embaixador do País em Washington, Marcílio Marques Moreira, o subsecretário do Tesouro, David Mulford, informou que se o governo persistisse em sua posição as portas dos organismos financeiros multilaterais se fechariam e o Brasil seria tratado com a indiferença de um país que, por suas próprias ações, se retirou da cena financeira internacional.

Na semana passada, quando Dauster já havia anunciado a primeira concessão, a pressão tornou-se pública. Falando num seminário organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Nova York, Mulford responsabilizou o Brasil pela falta de progressos nas negociações. "Os bancos estão interessados em negociar e esperamos

que o Brasil também esteja", disse Mulford. Nem a nova oferta, feita na segunda-feira, conseguiu aplacar as pressões de Washington. Falando com a condição de não ser identificado, um alto funcionário do Tesouro disse, no mesmo dia, que houve um progresso modesto, mas não está ocorrendo realmente nenhum progresso significativo.

O anúncio aos bancos da nova oferta coincidiu com a visita a Brasília de Barber Conable, o presidente do Banco Mundial. Conable, um ex-deputado republicano e homem próximo ao Tesouro, passou pela capital da república ao final de um giro pela América do Sul para reiterar a disposição do Bird de apoiar o Brasil mas lembrar que isso não acontecerá enquanto o País não regularizar suas contas com os credores privados. Essa não é uma opinião de Conable: é a posição, expressa por escrito em setembro, das sete potências capitalistas que comandam as decisões no Banco Mundial.